

AEROPORTOS

Mais voos no Santos Dumont

Plano do governo federal para ampliar fluxo provoca reação do prefeito do Rio e reacende disputa sobre o papel do Galeão

» VANILSON OLIVEIRA

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, afirmou que o governo estuda ampliar o número de voos no Aeroporto Santos Dumont a partir de 2026. A declaração contraria a expectativa do prefeito Eduardo Paes (PSD), que defende a manutenção e o fortalecimento do Aeroporto Internacional do Galeão, localizado na zona norte da capital fluminense.

Paes sustenta que o Galeão é estratégico para o desenvolvimento do Rio e do país, enquanto entidades do setor cobram políticas de incentivo e melhorias na logística de acesso para atrair novos voos ao terminal.

Segundo o ministro, nos últimos anos o teto de passageiros do Aeroporto Santos Dumont foi fixado em 6,5 milhões, e já está decidido um aumento desse fluxo para o próximo ano, que pode chegar a até 8 milhões. Desde 2023, o número de voos no terminal foi reduzido para equilibrar a operação com a do Galeão.

“Nós passamos dois anos com um teto de 6,5 milhões. A gente vai liberar mais 1 milhão, 1,5 milhão de passageiros, e isso não vai afetar as operações do Galeão”, afirmou ontem em entrevista à GloboNews.

Costa Filho declarou que a decisão foi tomada após várias reuniões, com a presença de todos os órgãos do setor, além das concessionárias responsáveis pelos aeroportos. “Esse acordo que foi feito não foi um movimento da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) ou do ministério”, destacou.

“Foi feito o Tribunal de Contas da União, sob a relatoria de Benjamin Zymler, que reuniu a concessionária do Galeão, a Anac, os técnicos do TCU e o Ministério de Portos e Aeroportos. Desde o primeiro momento, a prefeitura e o governo do estado acompanharam esse processo”, detalhou.

Ele garantiu que o aumento dos voos no Santos Dumont vai beneficiar, principalmente, a economia do Estado. “Com o crescimento da economia brasileira e com o crescimento do turismo internacional do Rio de Janeiro

Infraero/ Divulgação



Segundo a Firjan, a movimentação aérea no estado cresceu 21,6% entre janeiro e outubro de 2025, após a limitação de passageiros



Nós passamos dois anos com um teto de 6,5 milhões (de passageiros). A gente vai liberar mais 1 milhão, 1,5 milhão de passageiros, e isso não vai afetar as operações do Galeão”

Sílvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos

— com novas companhias aéreas voando para o Rio —, nós teremos claramente a manutenção do crescimento do Galeão e precisamos crescer também no Santos Dumont, porque é muito importante para a economia da cidade. Então esse é um acordo que será muito importante para a aviação do Rio de Janeiro”, afirmou.

No último domingo, o prefeito do Rio usou sua rede social X (antigo Twitter) para criticar a reunião da Anac, que trataria do assunto. “Forças ocultas estão se movimentando na Anac para alterar a política bem sucedida do @govbr [conta oficial do governo federal] de restringir os voos no Aeroporto Santos Dumont para coordenar o sistema de aeroportos do Rio de

Janeiro e fortalecer o Aeroporto Internacional do Galeão — que é fundamental para o desenvolvimento do Rio e do Brasil”, diz um trecho da postagem.

Em outro trecho, Paes afirmou que o Rio de Janeiro recebeu 17 milhões de turistas em 2025 em razão da medida atualmente em vigor e disse que a flexibilização da restrição de voos no Santos Dumont “é conhecidamente contrária aos interesses do Rio e do Brasil”.

Por fim, o prefeito afirmou estar confiante de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, não permitirão que o que classificou como a “maior conquista do governo federal para o Rio de Janeiro seja ameaçada

por interesses que considerou, no mínimo, estranhos”.

Após a postagem de Eduardo Paes, a Anac divulgou nota de repúdio, afirmando “que todos os seus atos ocorrem por meio de processos administrativos transparentes, auditáveis e devidamente documentados, em consonância com os princípios da administração pública”.

No comunicado, a agência afirmou ainda que “a flexibilização das operações do Aeroporto Santos Dumont vem sendo discutida desde junho deste ano, de forma aberta e transparente. A medida foi determinada pelo Ministério de Portos e Aeroportos como instrumento para preservar a política pública de coordenação do sistema

aeroportuário do Rio de Janeiro e assegurar a sustentabilidade do Galeão, inclusive no contexto da relicitação prevista para 2026”.

A Anac informou também que se colocou à disposição do prefeito para “apresentar, de forma detalhada, todo o processo”.

Incentivos

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) afirmou ser necessário aprimorar a coordenação da logística de acesso aos dois aeroportos do estado, considerados “ativos valiosos para o estado”.

Segundo a entidade, entre janeiro e outubro de 2025, a movimentação aérea no estado cresceu 21,6% em relação ao mesmo período de 2023. No mesmo intervalo, o transporte de cargas registrou alta de 46,3%. Para a Firjan, as medidas atualmente em vigor têm produzido impacto positivo, com aumento no fluxo de passageiros e de cargas para o Rio de Janeiro.

Em nota, a federação manifestou preocupação com a ampliação do fluxo de passageiros e seus possíveis impactos na economia local e nacional. “A Firjan defende que os esforços públicos estejam direcionados à criação de políticas de incentivo para a melhoria da logística de acesso e a inclusão de novos voos no aeroporto do Galeão, que ainda possui disponibilidade de espaço para crescimento. É fundamental a presença de um aeroporto internacional pujante e moderno no estado para que tenhamos um Rio mais atrativo para se viver, trabalhar, empreender, investir e visitar”, afirmou a entidade.

A instituição destacou ainda que, no mesmo período, o país registrou crescimento de 12,1% na movimentação de passageiros e de 13,1% no transporte de cargas. “A recuperação da conectividade aérea internacional pelo Galeão, que concentra voos de longa distância e operações de grande porte, é um reflexo direto da reorientação do tráfego aéreo, consolidando o Rio de Janeiro como importante porta de entrada no país”, concluiu a Firjan.

INADIMPLÊNCIA

Brasil tem 8,7 milhões de CNPJs endividados

» EDUARDA ESPOSITO

O Brasil atingiu um recorde de 8,7 milhões de empresas endividadas em outubro de 2025, segundo o Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian. Os CNPJs com ao menos uma conta vencida acumularam R\$ 204,8 bilhões em dívidas, o maior valor já registrado na série histórica.

Os setores mais atingidos foram o de serviços, com 32,2%, e o de bancos e cartões, com 19,3%. O Sudeste concentra o maior número de empresas endividadas, com mais de 4,6 milhões, seguido pelo Sul, com mais de 1,4 milhão, e pelo Nordeste, com mais de 1,3 milhão.

O número de empresas endividadas cresceu 1,7 milhão em comparação a outubro do ano passado. Após encerrar 2024 em torno de 7 milhões de CNPJs inadimplentes, o total subiu para 7,1 milhões já em janeiro de 2025 e seguiu em trajetória de alta ao longo do ano.

A economista da Serasa Experian, Camila Abdelmalack, atribuiu o recorde de inadimplência a fragilidades financeiras no setor corporativo. “A desaceleração na concessão de crédito tem limitado a capacidade das empresas de renegociar dívidas e reorganizar suas obrigações financeiras, aumentando a pressão sobre o caixa.”

“Paralelamente, o esfriamento da atividade econômica reduz a geração de receita, criando um cenário desafiador para a manutenção da liquidez e para a sustentabilidade das operações, especialmente entre micro e pequenas empresas”, destacou.

Entre janeiro e outubro, foram

incorporados 1,6 milhão de novos CNPJs ao indicador. Em outubro de 2025, a dívida média por empresa alcançou R\$ 23.658,74. Cada negócio inadimplente acumulava, em média, 7,1 contas em atraso, com valor médio de R\$ 3.329,50 por compromisso vencido.

Diagnóstico

Mais de 94% dos 8,7 milhões de CNPJs inadimplentes pertencem a micro, pequenas e médias empresas, o equivalente a 8,2 milhões. Esse grupo concentra 56,8 milhões de dívidas negativadas, que somam R\$ 184,6 bilhões em valores em atraso.

Para Rafic Junior, empresário e especialista em empreendedorismo, a falta de preparo também foi um forte fator para o endividamento de empreendedores iniciantes. “O impacto é devastador. Muitos quebram cedo não por falta de esforço, mas por falta de preparo. Endividamento precoce mata sonhos, desestimula o empreendedorismo e gera medo de crescer. Quem começa precisa aprender gestão antes de escalar”, explicou.

O especialista afirma ainda que o cenário econômico atual não é bom, e configura como uma das causas para o recorde de inadimplência. “Esse número é reflexo de três fatores combinados: falta de gestão financeira, crescimento sem estrutura e um ambiente econômico hostil. Muitas empresas faturam, mas não geram caixa. Vendem mal, compram mal, não precificam corretamente seus produtos/serviços, não têm reserva e confundem aumento de

Recorde histórico

Brasil acumula 8,7 milhões de CNPJs endividados
Em milhões



SETORES MAIS ENDIVIDADOS COMPARATIVO (%)

Mais de 94% dos 8,7 milhões dos inadimplentes são Pequenas, Médias e Microempresas. Maior parte está no setor de serviços

	Out-24	Out-25
Serviços	31	32,2
Bancos/cartões	21,1	19,3

TOP 3

O estado de São Paulo lidera a lista

SP - 2.893.465

MG - 813.406

RJ - 803.244

Fonte Serasa Experian

faturamento com sucesso”, alertou.

Para o gestor de investimentos e sócio da Armada Asset, Juliano Lara Fernandes, o deficit fiscal e o nível elevado dos juros estão entre os principais fatores por trás do aumento do endividamento empresarial no país. Como consequência,

segundo ele, as empresas perdem capacidade de investir, o que tem impacto direto sobre o Produto Interno Bruto (PIB).

“Uma vez que você está endividado, você reduz tanto o investimento em novos negócios, quanto a renovação do seu próprio parque.

Com isso, o país perde ao longo do tempo, já estamos vendo a redução do PIB”, comentou.

Soluções

Para sair desta situação, os especialistas aconselham que

as empresas reduzam seus gastos, mesmo que signifique não investir pelos próximos meses. “Do lado das empresas: gestão, precificação, controle de custos, fluxo de caixa diário e vendas com margem. Sem isso, não há milagre”, defendeu Rafic Junior.

“É tentar reduzir, ao máximo, a capacidade de gastos para poder quitar essas dívidas o mais rápido possível. Infelizmente, esse dinheiro vai vir de uma redução de investimento e de inovação por parte das empresas, mas a redução da dívida é a única forma realmente delas conseguirem ficar aptas a poder dar continuidade ao negócio”, aconselhou Juliano Lara Fernandes.

Em relação ao papel do Estado, ambos foram críticos e defenderam a redução de entraves ao setor produtivo. “Do lado do Estado, é preciso simplificação tributária, crédito menos burocrático e estímulo à educação financeira e empresarial. O empresário precisa de menos obstáculos e mais clareza para produzir”, afirmou Rafic.

Fernandes também criticou o tamanho do Estado e o desequilíbrio fiscal. “O Estado precisa deixar as pessoas trabalharem, agir de forma responsável e parar de gastar mais do que arrecada. Mesmo com recorde de carga tributária, o país segue deficitário. O empresário quer que o Estado saia da frente, reduza seu tamanho, corte desperdícios e fique no azul. Só assim será possível baixar os juros e aliviar a carga financeira das indústrias”, disse.